

Análise das Condições Socioeconômicas e Vulnerabilidades
Produtivas dos Agricultores Familiares Pobres do Paraná
*Socioeconomic Situation and Vulnerabilities of poor Family Farmers
of the State of Paraná*

*Análisis de las Condiciones Socioeconómicas y Vulnerabilidades
Productivas de los Agricultores Familiares Pobres en Paraná*

Marcio Gazolla*, Joacir Rufino de Aquino** e André Luiz Simonetti***

RESUMO

Neste artigo busca-se analisar as condições socioeconômicas e produtivas dos agricultores familiares pobres do Estado do Paraná, com vistas a traçar um perfil deste grupo social e melhor compreender suas vulnerabilidades sociais. Para isto, foram utilizados dados do Censo Agropecuário do IBGE (2006), mais especificamente estratificando os agricultores familiares (AF) e não familiares (ANF) pela Lei da Agricultura Familiar de 2006, separando dos demais agricultores familiares os do Grupo B do PRONAF, com base nos critérios vigentes no Plano Safra 2006/2007. Teoricamente, o enfoque utilizado para compreender a situação socioeconômica desses agricultores é o da Teoria das Capacitações de Amartya Sen, operacionalizada pelo *approach* de Frank Ellis, com base em cinco tipos de capitais/ativos dos agricultores pobres (natural, humano, financeiro, físico e social). Os dados evidenciam que mais de 1/3 dos agricultores familiares paranaenses são pobres (36,25%). Suas principais vulnerabilidades sociais que os impedem de se desenvolverem com liberdade são as restrições de área, baixo nível tecnológico e de instrução formal, idade avançada, pouca organização social, não recebimento de assistência técnica e baixas rendas agropecuárias. Os resultados evidenciam que há necessidade de melhorias quantitativas e qualitativas em sua plataforma de ativos, bem como em sua capacitação básica para que esses agricultores consigam reduzir ou mesmo eliminar suas vulnerabilidades sociais.

Palavras-chave: Agricultores familiares pobres. Capacitações e meios de vida. Grupo B do PRONAF. Paraná. Desenvolvimento regional e rural.

* Agrônomo, Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) - Campus de Pato Branco/PR - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) E-mail: marciogazolla1@gmail.com

** Economista, Mestre em Economia Rural e Regional (UFCCG). Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERGN), Assú, Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: joaciraquino@yahoo.com.br

*** Graduando de Agronomia na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Campus Pato Branco, Paraná, Brasil. Bolsista PET (Programa de Educação Tutorial) do Curso de Agronomia. E-mail: andreluiz_simonetti@hotmail.com

Artigo recebido em abr./2017 e aceito para publicação em out./2017.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the socio-economic and productive conditions of poor family farmers of the state of Paraná, with a view to profiling this social group for a better understanding of their social vulnerabilities. In order to achieve this objective, data from the 2006 IBGE's Agricultural Census are used, more specifically in the categorization family farmers (Agricultores Familiares - AF) and non-family farmers (Agricultores Não Familiares - ANF) according to the family agriculture Act of 2006, and the separation of the remainder families from those of PRONAF Group B based on the 2006/07 Harvest Plan. The approach to understanding the socio-economic situation of these farmers is that of Amartya Sen's Theory of Capacities, as operationalized by Frank Ellis' five types of poor farmers capital/assets (natural, human, financial, physical and social). Data shows that more than 1/3 of the family farmers of Paraná are poor (36,25%), and that the main social vulnerabilities to hinder their development relate to their restricted farming areas, their low levels of technology and formal education, their advanced age, their poor social organization, their lack of technical assistance and their low agricultural incomes. Our results point to the need for quantitative and qualitative improvements in their assets platform and basic capacities so that they can reduce or even overcome their social vulnerabilities.

Keywords: Poor family farmers. Capabilities and livelihoods. PRONAF B. Paraná. Rural and regional development.

RESUMEN

El trabajo tiene como objetivo analizar las condiciones socioeconómicas y productivas de los agricultores pobres del Estado de Paraná, con el fin de dibujar un perfil de este grupo social y entender sus vulnerabilidades sociales. Para lograr este objetivo, se utilizaron los datos del Censo Agrícola IBGE (2006), más específicamente estratificando los agricultores en familiares (AF) y no familiares (ANF) por la Ley de la Agricultura Familiar de 2006, separándose de los otros agricultores familiares los del grupo B del PRONAF, con base en los criterios en vigor en el Plan de la Cosecha 2006/2007. En teoría, el enfoque utilizado para entender la situación socioeconómica de estos agricultores es la teoría de las capacidades de Amartya Sen, operacionalizada por el approach de Frank Ellis, basado en cinco tipos de capital/activos de los agricultores pobres (natural, humano, financiero, físico y social). Los datos muestran que más de un tercio de los agricultores familiares del Paraná son pobres (36,25%). Las principales vulnerabilidades sociales que les impiden el desarrollo de la libertad son las restricciones de área, bajo nivel de tecnología y de educación formal, la edad avanzada, la mala organización social, el no recibimiento de asistencia técnica y los bajos ingresos agrícolas. Los resultados muestran que existe la necesidad de mejoras cuantitativas y cualitativas en su plataforma de activos, así como también en sus capacidades básicas, para que estos agricultores puedan reducir/eliminar su vulnerabilidad social.

Palabras clave: Agricultores familiares pobres. Capacidades y medios de vida. Grupo B del PRONAF. Paraná. Desarrollo regional y rural.

INTRODUÇÃO

Desde os anos 1990 a discussão e pesquisas sobre a importância social e econômica da agricultura familiar têm sido aprofundadas no Brasil, visando melhor compreender suas formas de reprodução social e dinâmicas existentes nas diferentes realidades e regiões do País (NIEDERLE; FIALHO; CONTERATO, 2014). Na Região Sul a agricultura familiar tem sido definida como dinâmica, produtiva e integrada aos mercados agroalimentares. Entretanto, esse estilo de agricultura familiar é apenas um dentre os existentes, já que se verifica uma heterogeneidade social e econômica muito grande no seio desta forma social de produção e trabalho prevalecente nos espaços rurais sulinos. Há um grupo social que a literatura tem chamado de “setor de subsistência”, “agricultores familiares pobres” ou “franja periférica”, que precisa ser mais bem estudado e compreendido em suas estratégias de reprodução social e econômica (FAO/INCRA, 1995; DELGADO, 2005; WANDERLEY, 2017).

O que define os agricultores pobres é que eles são mais vulneráveis social e economicamente do que os seus co-irmãos familiares. Embora esta vulnerabilidade seja predominantemente econômica, o que se procura evidenciar neste trabalho é que, de certa forma, ela pode ser definida como pobreza multidimensional (SEN, 2000; 2001), uma vez que não são apenas fatores econômicos (por exemplo, a renda) que a caracterizam. Como alguns autores já mencionaram, os agricultores familiares pobres possuem pouca área de terra, fazem baixo uso de tecnologias, inserem-se precariamente nos mercados, possuem baixa renda agropecuária, pouca participação em organizações de classe, idades avançadas e baixo grau de instrução, recebem pouco financiamento via linhas de crédito oficiais e boa parte se reproduz através dos programas e políticas sociais do Estado (IPARDES, 2003; BARZOTTI et al., 2007; PLEIN, 2012; AQUINO et al., 2014; WANDERLEY, 2017).

Mas, então, qual a solução para suas vulnerabilidades sociais, ou quais as “portas de saída” da pobreza para este público? A resposta a esta questão também tem suscitado proposições diversas e um debate acalorado entre os estudiosos. Nos anos 1990, alguns defendiam que um processo de reforma agrária seria necessário, não porque o País precisaria deles para produzir alimentos e desenvolver o mercado interno, mas porque a terra lhes propiciaria a subsistência necessária, acoplada a políticas sociais do Estado (GRAZIANO DA SILVA, 2002). Atualmente, há aqueles que defendem que a melhor saída para os agricultores pobres seria que eles migrassem para as cidades, pois no meio urbano o custo de oportunidade da força de trabalho rural seria mais bem remunerado (ALVES; ROCHA, 2010; BUAINAIN et al., 2013). Outros autores, porém, afirmam que é necessário incluir produtiva e socialmente esses agricultores e que o Estado tem um papel a cumprir mediante um conjunto de políticas públicas dirigido para esses atores sociais historicamente excluídos (GRISA; SCHNEIDER, 2015; DELGADO; BERGAMASCO, 2017).

Seja por qualquer uma dessas estratégias, são necessárias melhorias no quadro social desalentador desta população, que está colocada na base da pirâmide social rural brasileira. É com este intuito que se pretende colaborar, trazendo novos elementos e dados que ajudem a entender a situação socioeconômica deste grupo social específico. Nesse sentido, o objetivo do presente artigo é analisar as condições socioeconômicas e reprodutivas dos agricultores familiares pobres no Estado do Paraná, com vistas a traçar um perfil deste grupo social e melhor compreender seu conjunto de vulnerabilidades sociais, recorrendo à noção de pobreza multidimensional.

Para tanto, foram utilizados dados do último Censo Agropecuário do IBGE (2006), estratificando os agricultores familiares (AF) e não familiares (ANF) pela Lei da Agricultura Familiar de 2006. No interior do segmento familiar procedeu-se à classificação dos produtores pobres, o chamado Grupo B do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com base nos critérios vigentes no Plano Safra 2006/2007.¹ Teoricamente, o enfoque para compreender a situação socioeconômica desses agricultores é o da Teoria das Capacitações de Amartya Sen, operacionalizada por Frank Ellis.

Apoiando-se nos pressupostos da Teoria das Capacitações de Sen (2000; 2001), o autor citado elaborou um *approach* original para analisar as condições de vulnerabilidade das famílias rurais de países em desenvolvimento utilizando como indicadores as características dos “meios de vida” dessas famílias. Assim, conforme Ellis (2000), as principais carências dos agricultores pobres estão associadas à precariedade da “plataforma de ativos ou estoques de capital” de que eles são detentores, tais como: capital natural (terra, água), capital físico (máquinas, equipamentos, insumos), capital humano (educação, assistência técnica), capital social (associações, cooperativas) e capital financeiro (renda, financiamentos). Logo, é essa precariedade no estoque de ativos/capitais que gera a vulnerabilidade e cria privações que impedem o exercício das capacitações necessárias ao bem-estar².

O presente trabalho está dividido em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira parte mostra a participação relativa dos agricultores familiares pobres no âmbito da agricultura familiar paranaense e nas microrregiões do Estado. As demais seções são dedicadas à apresentação e análise das principais características sociais, econômicas e produtivas do público pesquisado, enfocando suas múltiplas vulnerabilidades sociais e carências em sua plataforma de ativos/capitais, bem como alguns caminhos pelos quais o cenário social retratado poderia ser modificado.

¹ Os agricultores familiares pobres (Grupo B do PRONAF) são representados pela parcela mais descapitalizada da agricultura familiar brasileira. Na safra 2006/2007, reuniam todos os agricultores familiares com renda bruta anual de até R\$ 3 mil, excluídos os rendimentos das políticas sociais e os proventos previdenciários. Para uma noção de como eles foram separados dos demais e dos indicadores do Censo Agropecuário utilizados para a elaboração do presente texto, consultar Aquino et al. (2011).

² Devido ao limite de espaço, não é possível uma apresentação mais aprofundada dos pontos centrais da Teoria das Capacitações e dos Meios de Vida. Para tanto, ver: Sen (2000; 2001) e Ellis (2000).

1 DIMENSÃO E PARTICIPAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES POBRES NO MEIO RURAL DO PARANÁ

Evidencia-se, pela tabela 1, a seguir, a segmentação da agropecuária paranaense, a partir da metodologia adotada, classificando os estabelecimentos por tipos de agricultura e Grupo B do PRONAF. Pelos dados é possível observar que a agricultura familiar abrange 81,61% dos estabelecimentos agropecuários, sendo a forma social de produção e trabalho predominante nos espaços rurais do Estado. A agricultura não familiar fica com os restantes 18,39% dos estabelecimentos, quase 1/5 dos mesmos. Os agricultores familiares pobres do Grupo B do PRONAF, por sua vez, representam quase 30% dos estabelecimentos agropecuários recenseados pelo IBGE (29,59%), destacando sua relevância, pois são quase 1 em cada 3 estabelecimentos existentes no campo paranaense³.

TABELA 1 - SEGMENTAÇÃO DA ESTRUTURA DA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ E PARTICIPAÇÃO DO GRUPO B DO PRONAF NO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS - 2006

TIPOS DE AGRICULTURA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	
	Abs.	%
Não familiar	68.235	18,39
Familiar (Lei nº 11.326)	302.828	81,61
Familiar Grupo B	109.790	29,59
Familiar exceto Grupo B	193.038	52,08
TOTAL	371.063	100,00

FONTE: Tabulação especial da segunda apuração do Censo Agropecuário 2006 (IBGE/SIDRA, 2012)

Estudo do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2003), utilizando dados do Censo Demográfico do IBGE e do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), identificou um percentual de famílias pobres nas áreas rurais muito próximo aos encontrados no presente estudo. Com efeito, de acordo com o trabalho mencionado, 32,93% das famílias de áreas rurais do Paraná eram consideradas pobres, utilizando-se o critério de pobreza oficial, baseado na renda monetária de até 0,5 salários mínimos mensais.

A tabela 2 apresenta a participação relativa do público estudado na agricultura familiar do Paraná e de suas microrregiões. A microrregião que desponta em primeiro lugar em percentual de produtores pobres no interior da agricultura familiar é Cerro Azul, com 74,50% do segmento familiar nessa condição, seguida por Jaguariaíva (61,43%). Abaixo destas duas, com percentuais um pouco menores, estão Paranaguá (58,87%), Curitiba (58,72%) e Umuarama (54,43%). Todas essas cinco microrregiões com contingentes de agricultura familiar acima de 50% enquadrados na parcela mais pobre da clientela do PRONAF. Pode-se notar que estas cinco microrregiões estão distribuídas principalmente nas direções Centro-Leste e Noroeste paranaense.

³ Pesquisa de Albuquerque e Cunha (2012), usando os dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) dos anos de 1995 e 2009, para o Estado do Paraná, evidenciou que as taxas de pobreza são maiores nos espaços rurais do que nos urbanos. Como o espaço rural do Estado é predominantemente ocupado por agricultores familiares, acredita-se que este estudo tenha 'captado' boa parte da pobreza dos agricultores do Grupo B do PRONAF.

TABELA 2 - PARTICIPAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DO GRUPO B DO PRONAF NO INTERIOR DA AGRICULTURA FAMILIAR SEGUNDO MICRORREGIÕES DO PARANÁ - 2006

MICRORREGIÕES	AGRICULTURA FAMILIAR - LEI Nº 11.326 (A)	GRUPO B (B)	% (B/A)
Cerro Azul	3.345	2.492	74,50
Jaguariaíva	3.132	1.924	61,43
Paranaguá	1.889	1.112	58,87
Curitiba	12.125	7.120	58,72
Umuarama	14.540	7.914	54,43
Telêmaco Borba	6.473	3.218	49,71
Wenceslau Braz	6.639	3.081	46,41
Lapa	2.477	1.105	44,61
Pitanga	9.190	3.768	41,00
Ponta Grossa	5.022	2.049	40,80
União da Vitória	7.210	2.939	40,76
Rio Negro	6.050	2.448	40,46
Cianorte	5.183	2.091	40,34
Ivaiporã	15.219	6.127	40,26
Assaí	3.239	1.206	37,23
São Mateus do Sul	5.964	2.169	36,37
Prudentópolis	14.338	5.212	36,35
Paranavaí	9.558	3.469	36,29
Astorga	5.945	2.074	34,89
Ibaiti	4.010	1.384	34,51
Guarapuava	20.152	6.940	34,44
Jacarezinho	3.704	1.265	34,15
Londrina	4.744	1.605	33,83
Campo Mourão	9.043	3.032	33,53
Capitão Leônidas	11.241	3.725	33,14
Cascavel	14.565	4.687	32,18
Faxinal	3.575	1.149	32,14
Maringá	2.832	895	31,60
Francisco Beltrão	19.591	5.974	30,49
Cornélio Procopio	5.750	1.736	30,19
Apucarana	4.696	1.416	30,15
Pato Branco	8.699	2.560	29,43
Goioerê	7.723	2.223	28,78
Irati	7.154	1.850	25,86
Palmas	4.247	1.045	24,61
Porecatu	2.709	660	24,36
Foz do Iguaçu	8.578	1.993	23,23
Toledo	20.607	3.952	19,18
Floraí	1.670	181	10,84
TOTAL DO PARANÁ	302.828	109.790	36,25

FONTE: Tabulação especial da segunda apuração do Censo Agropecuário 2006 (IBGE/SIDRA, 2012)

A microrregião de Curitiba é uma das mais desenvolvidas do Paraná, em termos de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Por exemplo, a cidade de Curitiba possui IDH (2010) de 0,823, considerado alto. Entretanto, isto parece não se estender aos espaços rurais e aos agricultores familiares vulneráveis, demonstrando as contradições presentes nos processos de desenvolvimento regional. No estudo do IPARDES (2003), as regiões mais pobres do Estado do Paraná aparecem como sendo a Grande Região Metropolitana de Curitiba e a Região Central do Paraná, coincidindo

com os dados do Censo Agropecuário do IBGE, pois muitas das microrregiões que mais contêm agricultores familiares do Grupo B estão imersas nestas duas regiões mencionadas pelo estudo do IPARDES⁴.

Um segundo grupo de microrregiões possui percentuais de AF pobres que variam de 30 a 50% do universo de produtores familiares, sendo as principais: Telêmaco Borba (49,71%), Wenceslau Braz (46,41%), Lapa (44,61%), Pitanga (41%), Ponta Grossa (40,8%), União da Vitória (40,76%), Rio Negro (40,46%), Cianorte (40,34%) e Ivaiporã (40,26%). As demais microrregiões apresentam percentuais menores do que 40% de seus AF classificados como pobres. Em termos de espacialização, estas microrregiões são bem dispersas, não apresentando um padrão de concentração em nenhuma área do território estadual, tal como o primeiro grupo apresenta.

Um terceiro grupo de microrregiões abrange aquelas que apresentam estabelecimentos de AF com percentuais menores do que 30% situados na “franja periférica”, sendo que as principais são Francisco Beltrão (30,49%), Cornélio Procopio (30,19%), Apucarana (30,15%), Pato Branco (29,43%), Goioerê (28,78%), Irati (25,86%) e Toledo (19,18%). A microrregião com o menor percentual de pobreza entre os seus agricultores familiares é a de Floraí, com apenas 10,84% do total classificado como “pronafianos” do Grupo B. Estas microrregiões estão localizadas predominantemente no Norte, Sul e Sudoeste paranaenses. Este grupo de microrregiões também coincide com o que apontou o estudo do IPARDES (2003), em que as regiões Norte, Sul e Sudoeste eram as que possuíam as menores taxas da população em situação de pobreza.

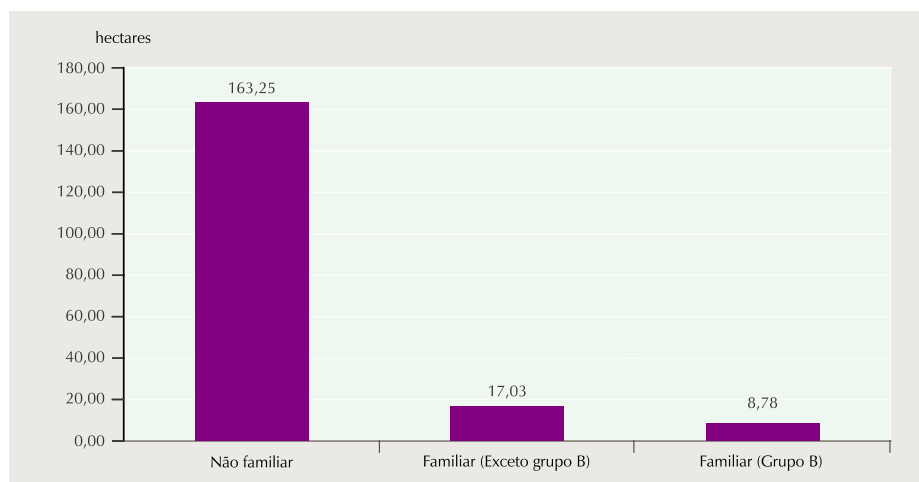
Com efeito, os dados da tabela 2 revelam ainda que, em todo o Paraná, mais de 1/3 dos estabelecimentos familiares (36,25%) são pobres, evidenciando a vulnerabilidade social que atinge uma parcela significativa dessa categoria de produtores. Tal vulnerabilidade, como será demonstrado a seguir, está associada a múltiplas determinações socioeconômicas e a fragilidades na plataforma de ativos/capitais dos agricultores do Grupo B do PRONAF, conforme sugere o aporte analítico de Ellis (2000).

2 FRAGILIDADE DO CAPITAL NATURAL E FÍSICO

Quando se analisa o capital natural e físico/construído nos estabelecimentos dos agricultores familiares pobres, evidencia-se que o mesmo é baixo. O gráfico 1 mostra a área média de terra, em hectares, que a agricultura não familiar, a agricultura familiar e o Grupo B do PRONAF possuem. O grupo dos ANF possuem 163,25 ha em média; os AF bem menos, 17,03 ha, e os AF pobres em torno da metade da área dos AF, apenas 8,78 ha, indicando que os agricultores familiares pobres possuem menos ativos naturais para fazer frente aos seus processos socioeconômicos de reprodução social, dentre os quais a terra é o ativo primordial para o desenvolvimento da agricultura.

⁴ Vale ressaltar que o estudo do IPARDES, ao afirmar que estas duas regiões do Estado do Paraná estão entre as mais pobres, o faz analisando a pobreza em geral, pelo critério oficial de famílias que receberam até 0,5 salário mínimo, e não divide a população em rural e urbana (usa a população total).

GRÁFICO 1 - ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DO PARANÁ - 2006



FONTE: Tabulação especial da segunda apuração do Censo Agropecuário 2006 (IBGE/SIDRA, 2012)

A informação anterior é complementada com os dados da tabela 3, que traz os estratos de área somente dos agricultores familiares pobres. Nota-se que quase a metade deles possuem até 5 ha somente (48,31% dos estabelecimentos). Até 10 ha de terra estão quase 70% dos AF pobres paranaenses (67,26% dos estabelecimentos). Por outro lado, há um percentual nada desprezível de 26,27% dos estabelecimentos que possuem áreas um pouco maiores de terra, variando de 10 a 50 hectares. Apenas oito estabelecimentos possuem áreas maiores que 100 ha, e há ainda um percentual de quase 5% que sequer possuem área (são “agricultores sem terra”).

TABELA 3 - ESTRATIFICAÇÃO POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS FAMILIARES DO GRUPO B DO PRONAF NO PARANÁ - 2006

ESTRATO DE ÁREA (ha)	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS		% ACUMULADO
	Abs.	%	
0 – 5	53.039	48,31	48,31
5 – 10	20.802	18,95	67,26
10 – 50	28.840	26,27	93,53
50 a 100	1.639	1,49	95,02
Mais de 100	8	0,01	95,03
Produtor sem área	5.462	4,97	100
TOTAL	109.790	100	-

FONTE: Tabulação especial da segunda apuração do Censo Agropecuário 2006 (IBGE/SIDRA, 2012)

Os indicadores censitários apontam que a maior parte dos AF pobres possuía uma baixa dotação do ativo terra, indicando que seus estabelecimentos eram minifúndios, conforme a designação adotada pelo INCRA, pelo fato de suas áreas serem inferiores ao módulo rural; estava bem abaixo do mínimo necessário para que uma família pudesse prover sua sobrevivência praticando exclusivamente a agricultura. Assim, a variável área parece ser um dos fatores essenciais que ajudam a entender a pobreza rural desses agricultores no Estado do Paraná.

Também influencia no cenário de pobreza e vulnerabilidade produtiva destacado a precariedade das características tecnológicas dos agricultores, que são apresentadas na tabela 4. Isto porque apenas 28,50% dos estabelecimentos agropecuários usam força de tração animal e 22,87% utilizavam tração mecânica. O uso de adubos nas plantações é realizado por apenas 1,22% dos estabelecimentos. A prática da irrigação é realizada por 2,12% dos estabelecimentos agropecuários do Grupo B e a agricultura orgânica é desenvolvida por 2,51% deles.

TABELA 4 - CARACTERÍSTICAS TECNOLÓGICAS DOS ESTABELECIMENTOS FAMILIARES DO GRUPO B DO PRONAF NO PARANÁ - 2006

VARIÁVEIS	GRUPO B (A)	GRUPO B QUE UTILIZA A TECNOLOGIA (B)	% DE ACESSO (B/A)
Uso de força de tração animal	109.790	31.288	28,50
Uso de força de tração mecânica	109.790	25.109	22,87
Uso de adubos em lavouras	109.790	1.342	1,22
Utiliza irrigação	109.790	2.324	2,12
Cultiva agricultura orgânica	109.790	2.752	2,51

FONTE: Tabulação especial da segunda apuração do Censo Agropecuário 2006 (IBGE/SIDRA, 2012)

De maneira geral, o que essas variáveis indicam é que os agricultores familiares pobres utilizavam poucas tecnologias – sendo algumas, inclusive, manuais – em seus sistemas produtivos, demonstrando as dificuldades deste grupo social em adquirir/ inserir tecnologias em suas estratégias de reprodução social. Embora, no caso da agricultura orgânica, os estabelecimentos agropecuários estejam realizando-a acima da média nacional (no Brasil como um todo apenas 1,75% desses estabelecimentos praticam este tipo de agricultura). O desenvolvimento da agricultura orgânica e agroecológica poderia ser uma estratégia interessante de aumento das capacitações e melhoria dos meios de vida dessas famílias pobres, como apontou o estudo de Vigolo, Gazolla e Schneider (2017).

3 VULNERABILIDADE DO CAPITAL HUMANO E ORGANIZATIVO

Outro dado importante para entender a situação estudada refere-se aos estoques de capital humano e ao nível de organização social dos agricultores pobres paranaenses. Neste sentido, a tabela 5 traz o pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários do Estado do Paraná. Os estabelecimentos da agricultura familiar são predominantes, possuindo 42,74% do pessoal ocupado. Os estabelecimentos da ANF aparecem em segundo lugar, com 36,33% das pessoas que se ocupam de atividades agrícolas. Os agricultores enquadrados no Grupo B do PRONAF, por seu turno, abrangem 20,94% do total de pessoas ocupadas na agricultura paranaense, o que representa uma em cada cinco pessoas que trabalham na atividade.

TABELA 5 - TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DO PARANÁ - 2006

TIPOS DE AGRICULTORES	PESSOAL OCUPADO (PO)	
	Abs.	%
Não familiar	405.792	36,33
Familiar (Grupo B)	233.887	20,94
Familiar (exceto Grupo B)	477.419	42,74
TOTAL	1.117.098	100,00

FONTE: Tabulação especial da segunda apuração do Censo Agropecuário 2006 (IBGE/SIDRA, 2012).

Já a tabela 6 apresenta a idade das pessoas que dirigem o estabelecimento agropecuário, de forma que é possível ter uma ideia da administração destes em relação ao ciclo demográfico e etário. A maioria dos dirigentes dos estabelecimentos do Grupo B possuíam entre 45 e 65 anos de idade (45,24%), seguidos dos que possuem meia idade, isto é, entre 25 e 45 anos, que correspondem a 29,71%. Apenas 2,34% possuem menos de 25 anos, que são os administradores jovens, e outros 21,87% têm mais de 65 anos. Se somados os percentuais das pessoas que dirigem os estabelecimentos e que têm acima de 45 anos, tem-se que aproximadamente 70% dos agricultores familiares pobres possuem idades de médias a elevadas.

TABELA 6 - IDADE DA PESSOA QUE DIRIGE OS ESTABELECIMENTOS FAMILIARES DO GRUPO B DO PRONAF NO PARANÁ - 2006

FAIXA DE IDADE	NÚMERO DE AGRICULTORES	
	Abs.	%
Menos de 25 anos	2.574	2,34
De 25 a 45 anos	32.619	29,71
De 45 a 65 anos	49.668	45,24
De 65 a mais anos	24.008	21,87
TOTAL	109.790	100,00

FONTE: Tabulação especial da segunda apuração do Censo Agropecuário 2006 (IBGE/SIDRA, 2012)

Esses números sinalizam um processo de envelhecimento da população rural, como já apontaram outros estudos sobre o tema no Sul do Brasil (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998; ANDERSON; SCHNEIDER, 2014). Eles também nos ajudam a entender por que a rubrica das aposentadorias e pensões é tão elevada dentro deste grupo social (dados da tabela 12, adiante). Por outro lado, é preocupante a constatação de que existem poucos agricultores jovens presentes dentro do Grupo B do PRONAF, pois são apenas em torno de 2% dos agricultores com menos de 25 anos de idade e que dirigem os estabelecimentos.

Isso levanta a hipótese de que muitas propriedades rurais não terão, num futuro próximo, sucessores para dar continuidade às atividades de administração e trabalho nelas. Tal fenômeno social, por um lado, é provocado pela diminuição das taxas de fecundidade (menos nascimentos de crianças) e, por outro, pela elevação da expectativa de vida dos brasileiros, tanto nos espaços rurais como urbanos. Outra explicação é o grande percentual de jovens (especialmente meninas) de baixa renda que têm migrado das áreas rurais para as urbanas, na busca de melhores condições de vida e trabalho, como demonstrou, para o caso gaúcho, o estudo de Zuanazzi e Bandeira (2013).

Além da faixa etária elevada das pessoas que dirigem os estabelecimentos, outro fator limitante é o baixo grau de instrução dos chefes dos estabelecimentos (tabela 7). Os dados indicam que quase 60% dos dirigentes possuem somente formação de Educação de Jovens e Adultos (EJA) ou ensino fundamental incompleto (59,04%). Outros 10,39% não sabem ler nem escrever, e um percentual de 7,55% não possui nenhum nível de instrução, mas aprendeu a ler e escrever. Melhores graus de instrução também aparecem junto a esses agricultores, porém em percentuais baixos. Apenas 11,44% possuem ensino fundamental completo e 9,21% têm ensino médio completo. Já os agricultores que dirigem os estabelecimentos com nível de graduação são apenas 2,36%.

TABELA 7 - NÍVEL DE INSTRUÇÃO DA PESSOA QUE DIRIGE OS ESTABELECEMENTOS FAMILIARES DO GRUPO B DO PRONAF NO PARANÁ - 2006

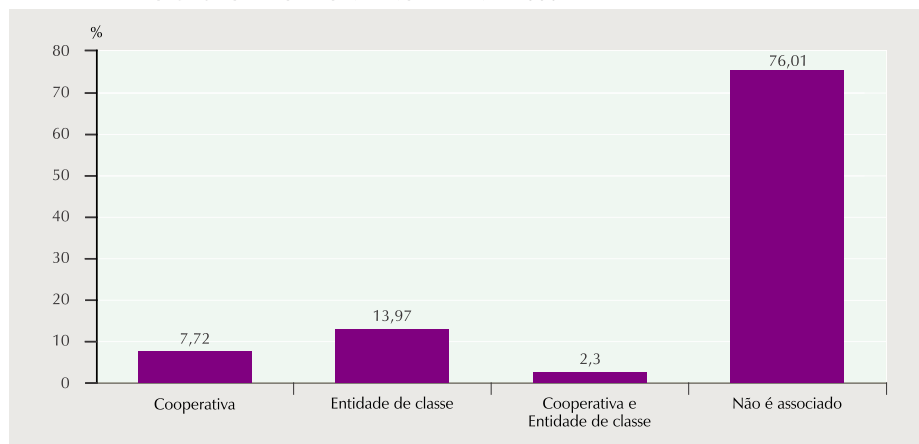
NÍVEL DE INSTRUÇÃO	NÚMERO DE AGRICULTORES	
	Abs.	%
Não sabe ler e escrever	11.411	10,39
Nenhum nível de instrução (apenas sabe ler e escrever)	8.289	7,55
EJA e ensino fundamental incompleto	64.818	59,04
Ensino fundamental completo (1º Grau)	12.565	11,44
Ensino médio ou 2º Grau completo (Técnico Agrícola)	1.619	1,47
Ensino médio ou 2º Grau completo (outro)	8.501	7,74
Graduação	2.587	2,36
TOTAL	109.790	100,00

FONTE: Tabulação especial da segunda apuração do Censo Agropecuário 2006 (IBGE/SIDRA, 2012)

Grosso modo, os dados da tabela 7 demonstram que os agricultores familiares pobres possuem baixos níveis de escolaridade, pois, se somados aos que receberam EJA e os que têm ensino fundamental incompleto ou menos (menores níveis de instrução), tem-se que 76,98% das pessoas que dirigem os estabelecimentos estariam nesta situação. Como Sen (2001) mencionou em seu estudo sobre a Teoria das Capacitações, a educação é um fator fundamental para o desenvolvimento humano com liberdade. Através de melhores níveis de estudo, os agricultores pobres teriam maiores chances de aplicar seus conhecimentos em novas técnicas, processos e tecnologias nos sistemas produtivos. Ademais, tornar-se-ia mais fácil estabelecer relações sociais continuadas e sedimentadas com outros atores, instituições, entidades e o próprio Estado, no sentido de acessar ativos que atualmente não possuem. A educação também poderia trazer melhor compreensão do quadro de oportunidades que se apresenta na sociedade, inclusive em termos de acesso aos mercados, seja de venda da produção agropecuária, insumos/tecnologias, atividades não agrícolas ou mesmo de força de trabalho.

Quanto ao nível de participação dos chefes dos estabelecimentos do Grupo B do PRONAF, surpreendentemente este grupo de agricultores dispõe de poucas ligações com organizações sociais, uma vez que 76,01% deles não são associados a nenhuma entidade de classe, sejam sindicatos ou cooperativas. Outros 13,97% são associados a entidades de classe, possivelmente sindicatos de trabalhadores rurais; 7,72% são associados a cooperativas, e 2,3% são filiados a cooperativas e entidades de classe de forma conjugada (gráfico 2).

GRÁFICO 2 - NÍVEL DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS CHEFES DOS ESTABELECIMENTOS FAMILIARES DO GRUPO B DO PRONAF NO PARANÁ - 2006

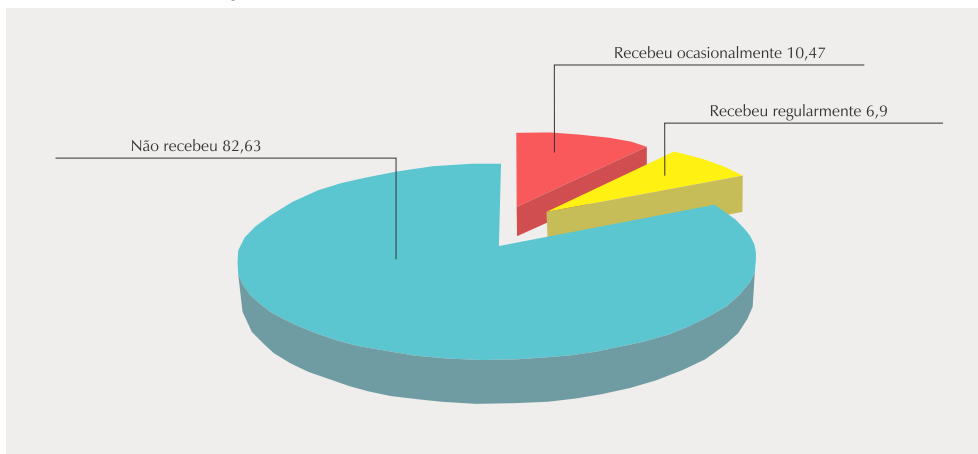


FONTE: Tabulação especial da segunda apuração do Censo Agropecuário 2006 (IBGE/SIDRA, 2012)

As tabulações especiais do Censo Agropecuário 2006 mostram que $\frac{3}{4}$ dos agricultores familiares pobres do Paraná não possuem vínculos sociais com nenhum tipo de organização que poderia ajudá-los em seus processos de reprodução social. Como afirmou Ellis (2000), muitas vezes o acesso a ativos estratégicos para o desenvolvimento de populações pobres pode ser mediado por instituições e entidades nas quais os atores sociais participam e se relacionam. No caso desses agricultores, que não participam de nenhuma dessas organizações sociais, esta “porta de saída” da pobreza encontra-se fechada. Além disso, a participação social desses agricultores em organizações sociais seria importante para serem representados politicamente, reivindicar direitos, exercer pressão, receber informações atualizadas sobre políticas públicas do Estado, agir coletivamente frente a dificuldades diversas no caso do cooperativismo, barganhar melhores condições de preços, comercialização e acesso aos mercados, diminuir custos e ganhar escala em empreendimentos coletivos, como estudos têm evidenciado (PICOLOTTO, 2014; ESTEVAM; MIOR, 2014).

Ainda no que diz respeito às carências dos agricultores do Grupo B, outra informação que ajuda a compreender o seu quadro de pobreza relaciona-se ao recebimento de assistência técnica (gráfico 3). De fato, as estatísticas censitárias revelam que 82,63% desses agricultores declararam que nunca receberam assistência técnica e extensão rural. Outros 10,47% recebem-na ocasionalmente, e apenas 6,90% são providos desta com certa regularidade pelos órgãos e agências de extensão rural do governo. Estes dados sobre o baixo acesso a assistência técnica e a serviços de extensão para os agricultores brasileiros já havia sido diagnosticado em outros estudos sobre o tema, inclusive utilizando os dados do Censo Agropecuário do IBGE e com todos os tipos de agricultores brasileiros, agricultura não familiar e agricultura familiar (DEPONTI; SCHNEIDER, 2012).

GRÁFICO 3 - PERCENTUAL DE ESTABELECEMENTOS DO GRUPO B EM RELAÇÃO AO RECEBIMENTO DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA NO PARANÁ - 2006



FONTE: Tabulação especial da Segunda apuração do Censo Agropecuária 2006 (IBGE/SIDRA, 2012).

Para os agricultores familiares pobres, os serviços de assistência técnica e extensão rural seriam fundamentais no sentido de ajudá-los em termos de co-construção de novos conhecimentos sobre os sistemas produtivos, mercados e os processos de administração das propriedades rurais, aumentando o seu nível de capacidade técnica e gerencial. A assistência técnica, assim como a organização social anteriormente destacada, também poderia mediar o acesso para a obtenção de ativos e conjuntos capacitórios essenciais aos seus processos de reprodução social. Por outro lado, infere-se que o Estado não está cumprindo o seu papel de apoiar o desenvolvimento humano e produtivo desses agricultores vulnerabilizados.

Em resumo, o que os dados apresentados e discutidos até aqui deixam claro é que os agricultores familiares pobres paranaenses representam em torno de 1 em cada 3 dos agricultores existentes nos espaços rurais. Além disso, eles possuem pequenas áreas de terra (capital natural), usam poucas tecnologias (capital físico/construído), são frágeis em termos de capital humano (baixo nível de instrução formal, de acesso à assistência técnica e idade elevada do chefe do estabelecimento) e possuem pouco capital social (baixo nível de organização social). Esses achados do presente trabalho são corroborados por outros estudos sobre os agricultores pobres paranaenses. Por exemplo, em pesquisa sobre estes agricultores, Barzotti et al. (2007, p.1) afirmam: “os agricultores rurais pobres não detêm os meios produtivos mínimos para tirá-los da esfera de privação e, conseqüentemente, de exclusão, gerando um círculo vicioso”.

4 BAIXA PRODUÇÃO E CARÊNCIA DE CAPITAL FINANCEIRO

A fim de ilustrar a afirmação feita ao final da seção anterior e avançar na discussão do tema, a tabela 8, a seguir, traz o número e o percentual de estabelecimentos do Estado do Paraná que obtiveram valor da produção em 2006,

pelos dois tipos de agricultura. Nota-se que a ANF possui 92,76% dos estabelecimentos que obtiveram produção. Já os estabelecimentos da agricultura familiar são 98,50% dos estabelecimentos que possuíam valor da produção no ano do levantamento censitário. Os familiares pobres possuem percentuais bem mais baixos, se comparados aos demais co-irmãos familiares, uma vez que somente 77,30% deles registraram algum valor da produção em 2006.

TABELA 8 - PERCENTUAL DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS COM VALOR DA PRODUÇÃO - 2006

TIPOS DE AGRICULTORES	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS (A)	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS COM VP (B)	% (B/A)
Não familiar	68.235	63.294	92,76
Familiar (Grupo B)	109.790	84.868	77,30
Familiar (exceto grupo B)	193.038	190.142	98,50
TOTAL	371.063	338.304	91,17

FONTE: Tabulação especial da segunda apuração do Censo Agropecuário 2006 (IBGE/SIDRA, 2012)

A tabela 9, por sua vez, informa a participação e os valores da produção de cada tipo de agricultura. É possível observar que a agricultura não familiar possui um valor médio da produção agropecuária de R\$ 159.980,03 por estabelecimento, correspondendo a 60,51% da produção agropecuária do Paraná. A agricultura familiar, exceto o Grupo B, possui R\$ 33.781,43 por estabelecimento em valor da produção, que corresponde a 38,38% dos valores da produção paranaense. Já o segmento dos agricultores pobres gerou, em média, R\$ 2.192,88 por estabelecimento, representando apenas 1,11% dos valores da produção agropecuária. Esses dados deixam claro que os agricultores do Grupo B possuem rendas agropecuárias baixíssimas se comparados aos demais agricultores familiares, evidenciando suas graves carências e restrições produtivas.

TABELA 9 - PARTICIPAÇÃO E VALOR MÉDIO DA PRODUÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS - 2006

TIPOS DE AGRICULTORES	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS COM PRODUÇÃO NO ANO		VALOR DA PRODUÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS NO ANO (R\$ 1.000)		VALOR MÉDIO DA PRODUÇÃO (R\$)
	Abs.	%	Abs.	%	
Não Familiar	63.294	18,71	10.125.776	60,51	159.980,03
Familiar (Grupo B)	84.868	25,09	186.105	1,11	2.192,88
Familiar (exceto Grupo B)	190.142	56,20	6.423.269	38,38	33.781,43
TOTAL	338.304	100,00	16.735.150	100,00	49.467,79

FONTE: Tabulação especial da segunda apuração do Censo Agropecuário 2006 (IBGE/SIDRA, 2012)

As informações agrupadas nas tabelas 8 e 9 também permitem lançar a hipótese, muito plausível, de que os agricultores familiares pobres paranaenses não sobrevivem apenas com a renda agropecuária de seus estabelecimentos, pois esta seria insuficiente para seus processos de reprodução social. Possivelmente estes agricultores utilizem o espaço rural de outras formas, por exemplo, como moradia, local de vida no caso dos aposentados, para atividades rurais não agrícolas e pluriatividade, produção para autoconsumo e outras funções contemporâneas do rural na modernidade (WANDERLEY, 2009). Os dados das tabelas 10, 11 e 12 evidenciam essas tendências.

Na tabela 10⁵ é possível notar que se os agricultores pobres possuem baixos valores da produção agropecuária, o cenário é bem diferente em relação à produção para autoconsumo. Dentre os estabelecimentos do Grupo B, 66,08% deles fazem produção para autoconsumo, número maior do que o contingente de estabelecimentos da agricultara não familiar (62,62%) e muito próximo do contingente dos agricultores familiares (72,31%). Quanto aos valores da produção para autoconsumo sobre a produção total dos estabelecimentos, evidencia-se que os agricultores familiares pobres lideram em relação aos demais, pois perfazem 58,03% de tudo que é produzido internamente em suas propriedades. Para os demais agricultores familiares, este valor perfaz 14,23%, e para os agricultores não familiares este valor é de apenas 5,49%.

TABELA 10 - PARTICIPAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS E VALOR DA PRODUÇÃO PARA O AUTOCONSUMO - 2006

TIPOS DE AGRICULTORES	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS (A)	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS COM PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO (B)	% (B/A)	VALOR TOTAL DA PRODUÇÃO (R\$ 1.000) (C)	VALOR TOTAL DA PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO (R\$ 1.000) (D)	% (D/C)
Não Familiar	68.235	42.726	62,62	10.125.776	555.461	5,49
Familiares (Grupo 8)	109.790	72.550	66,08	186.105	108.002	58,03
Familiares (exceto Grupo 8)	193.038	139.587	72,31	6.423.269	913.976	14,23
TOTAL	371.063	254.863	68,68	16.735.150	1.577.440	9,43

FONTE: Tabulação especial da segunda apuração do Censo Agropecuário 2006 (IBGE/SIDRA, 2012)

Isso significa que embora os agricultores pobres não possuam altos valores de produção agropecuária, eles se preocupam com a produção para abastecimento e alimentação da família. Como alguns estudos têm demonstrado, no Sul do País a produção para o autoconsumo é importante entre os agricultores familiares, especialmente os mais vulneráveis, por cumprir vários quesitos em termos de segurança alimentar e nutricional. Além disso, este tipo de produção diminui a dependência das famílias em relação aos mercados alimentares, bem como às exigências de obterem receitas monetárias para adquirir gêneros alimentícios básicos aos seus processos de reprodução social e alimentar (GRISA, GAZOLLA; SCHNEIDER, 2010; GRISA; SCHNEIDER; CONTERATO, 2014).

Quanto ao acesso a recursos monetários, a tabela 11 apresenta as receitas obtidas pelos agricultores familiares pobres, as receitas agropecuárias e outras receitas. É possível verificar que as receitas agropecuárias representam apenas 26,08% dos valores que esses agricultores auferiram durante 2006. Por outro lado, são as outras receitas que perfazem o grosso do *portfólio* deste grupo social, pois elas atingem 73,92% dos valores monetários que os agricultores geraram/receberam. Ou seja, a reprodução social destes agricultores se baseia muito mais em receitas que não são provenientes das atividades agropecuárias.

⁵ Esta tabela foi obtida a partir da metodologia de cálculo utilizada no trabalho de Grisa, Schneider e Conterato (2014), aos quais se agradece pela disponibilização dos dados.

TABELA 11 - RECEITAS OBTIDAS PELOS AGRICULTORES FAMILIARES DO GRUPO B DO PRONAF - 2006

RECEITAS	VALORES	
	R\$ 1.000	%
Receita agropecuária ⁽¹⁾	72.829	26,08
Outras receitas	206.410	73,92
TOTAL	279.239	100,00

FONTE: Tabulação especial da segunda apuração do Censo Agropecuário 2006 (IBGE/SIDRA, 2012)

(1) A Receita Agropecuária foi obtida pelo somatório do valor das vendas de: produtos vegetais, animais em geral e seus produtos, animais criados em cativeiros (jacaré, escargó, capivara e outros), húmus e esterco.

A tabela 12 complementa os dados da tabela 11, já que abre as outras receitas por rubricas específicas, tornando possível verificar as atividades e seus percentuais. Nota-se que na composição das outras receitas predominam as aposentadorias e pensões, com 77,41%, sugerindo que nestes estabelecimentos há pessoas recebendo aposentadoria por idade ou pensão por morte de cônjuge ou ambas simultaneamente. Em segundo lugar aparecem os salários recebidos de atividades realizadas fora do estabelecimento e de outras receitas, com 13,61%, indicando que as atividades não agrícolas e a pluriatividade estão presentes junto aos agricultores familiares pobres.

TABELA 12 - COMPOSIÇÃO DAS OUTRAS RECEITAS OBTIDAS PELOS AGRICULTORES FAMILIARES DO GRUPO B DO PRONAF NO PARANÁ - 2006

FONTE DAS OUTRAS RECEITAS	VALOR	
	R\$ 1.000	%
Aposentadorias e pensões	159.780	77,41
Salários recebidos pelo produtor com atividade fora do estabelecimento e outras receitas	28.101	13,61
Programas sociais do governo	6.614	3,20
Prestação de serviço para empresas integradoras	5.230	2,53
Desinvestimentos	3.589	1,74
Doações ou ajudas de parentes ou amigos	1.268	0,61
Produtos da agroindústria	1.039	0,50
Outras atividades não agrícolas realizadas no estabelecimento	311	0,15
Prestação de serviço de benef. e/ou transf. prod. para terceiros	243	0,12
Atividades de turismo rural no estabelecimento	148	0,07
Pescado (capturado)	67	0,03
Exploração mineral	20	0,01
TOTAL	206.410	100

FONTE: Tabulação especial da segunda apuração do Censo Agropecuário 2006 (IBGE/SIDRA, 2012)

Além das fontes de ingresso citadas, e perfazendo percentuais bem menores, estão as receitas provenientes do recebimento de programas sociais do governo, com 3,20%, a exemplo do Programa Bolsa Família e outros. Também aparece a prestação de serviços para empresas integradoras, com 2,53% das receitas. Neste caso, geralmente, são agricultores/famílias que ajudam no manejo, criação e carregamento de animais em aviários, pocilgas e outras criações de empresas integradoras, atividade muito comum no Paraná. Ainda como fontes de receitas relevantes figuram os desinvestimentos (1,74%), doações ou ajudas de parentes e amigos (0,61%) e a produção da agroindústria caseira/familiar (0,50%). As demais rubricas perfazem percentuais menores de 0,5%.

Em suma, os dados sobre os ganhos econômicos dos agricultores pobres demonstram que seu escasso capital financeiro é obtido muito mais por receitas de aposentadorias, pensões, atividades não agrícolas e a pluriatividade do que por meio da própria produção agropecuária existente nos estabelecimentos. Exceção deve ser feita

em relação à produção para autoconsumo, que é representativa dentro das referidas propriedades rurais. Embora esta não seja uma receita monetária, ela é fundamental aos processos reprodutivos dos agricultores. No entanto, na ausência de outras fontes de receita, dificilmente esses produtores reuniriam condições mínimas para permanecer no campo, o que sinaliza para a necessidade de políticas públicas estruturantes buscando fortalecer sua capacidade de gerar renda no meio rural onde vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho procurou evidenciar as características multidimensionais da pobreza rural dos agricultores familiares enquadrados no Grupo B do PRONAF, utilizando-se dos dados do Censo Agropecuário do IBGE. Este grupo social historicamente tem sido esquecido, nos meios acadêmicos e governamentais, sendo quase “invisível” pela sociedade brasileira. No caso do Estado do Paraná, estes agricultores envolvem um contingente nada desprezível de 109.790 unidades (que ocupam 233.887 pessoas), correspondendo a 29,59% dos estabelecimentos agropecuários paranaenses; algo em torno de 1/3 do total, evidenciando sua representatividade social frente ao seu tecido social rural.

Os resultados da análise empreendida revelaram que os agricultores familiares pobres possuem um perfil extremamente precário, cujas características essenciais são as que seguem: possuem pouco capital natural (área de terra), fazem pouco uso de capital físico (variáveis tecnológicas), seu capital humano é frágil (possuem baixos níveis de instrução formal, acesso reduzido à assistência técnica e a idade média do chefe do estabelecimento é elevada), além de o capital social ser débil (possuem pouca organização social em entidades de classe). Ademais, seu capital financeiro é baixo (suas receitas agropecuárias são pequenas, sendo complementadas com atividades rurais não agrícolas e pelo recebimento de recursos das políticas sociais). Somente sua produção para autoconsumo é relevante (receita não monetária), já que os agricultores buscam usar os escassos recursos disponíveis para tentar assegurar a segurança alimentar e nutricional das suas famílias.

Assim, a pobreza que está presente no âmbito dos agricultores familiares não é somente econômica, como evidenciam as fragilidades sociais que este grupo apresenta em seus cinco conjuntos de capitais/ativos, podendo essa pobreza ser definida como multidimensional. Situação social esta que bloqueia a liberdade destes agricultores de realizar escolhas, pois eles estão totalmente vulneráveis e privados dos ativos básicos necessários à melhoria dos seus processos de reprodução social. Nesse contexto, ocorre uma grande necessidade de melhorias quantitativas e qualitativas no conjunto de ativos do público estudado para que este possa ingressar em novos processos de desenvolvimento rural, com maior liberdade e qualidade de vida.

O papel do Estado nesse sentido é fundamental, retirando da invisibilidade social este grupo de agricultores, que não é pequeno em termos de números. É preciso que o Estado inclua esses agricultores em seus planos e políticas públicas

de desenvolvimento, de forma a equacionar as carências identificadas. Para superar a pobreza multidimensional também são necessárias políticas multifacetadas, que ataquem desde as deficiências produtivas, sociais, educacionais, entre outras, a que esses agricultores estão submetidos. Estes e outros aspectos merecem ser considerados em qualquer plano estratégico visando fortalecer a capacidade dos agricultores pobres de atuar como agentes do processo de mudança social e desenvolvimento rural, e não apenas como receptores passivos de ajuda governamental.

REFERÊNCIAS

- ALVES, E.; ROCHA, D. P. Ganhar tempo é possível? In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. IPEA, 2010, p.275-290.
- ANDERSON, J. S. N.; SCHNEIDER, S. Brazilian demographic transition and the strategic role of youth. **Espace populations sociétés**. N. 2-3, p 1-20, 2014.
- AQUINO, J. R. et al. Dimensão e características do público potencial do Grupo B do PRONAF na região Nordeste e no estado de Minas Gerais. In: SCHNEIDER, S.; FERREIRA, B.; ALVES, F. (Orgs.). **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes visões do censo agropecuário 2006**. Brasília/DF: IPEA, 2014. p. 77-105.
- AQUINO, J. R. et al. Dimensão e localização do público potencial do PRONAF "B" no Brasil: uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 49., 2011, Belo Horizonte/MG. **Anais...** Belo Horizonte/MG: SOBER, 2011. (CD-ROM).
- BAZOTTI, A.; MARQUES, L. M.; NAZARENO, L. R.; VERDE, V. V. Agricultores pobres, pobres agricultores: o círculo vicioso da escassez dos meios de produção e da pobreza. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2007, Londrina/PR. **Anais...** Londrina/PR: SOBER, 2007. 16p. (CD-ROM).
- BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**. Ano XXII, nº 2, p. 105-121, abr-jun. 2013.
- CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no meio rural: panorama dos últimos 50 anos. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Brasília, 15 (2), p. 45-65, 1998.
- DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: SEAF, 2017.
- DELGADO, G.C. O setor de subsistência na economia brasileira: gênese histórica e formas de reprodução. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão social e políticas públicas no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA. 2005. p. 19-50.
- DEPONTI, C.; SCHNEIDER, S. O retrato da extensão rural a partir dos dados do Censo Agropecuário 2006. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 50., 2012, Vitória/ES. **Anais...** Vitória/ES: SOBER, 2012. 20p. (CD-ROM).

- ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University, 2000.
- ESTEVAM, D. O.; MIOR, L. C. (Orgs.). **Inovações na agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora Insular, 2014.
- FAO/INCRA. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, Versão Resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, 1995.
- GRAZIANO DA SILVA, J. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, J. (org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. UFRGS. 2002. p. 137-143.
- GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A “produção invisível” na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Revista Agroalimentaria**. Venezuela, vol. 16, nº 31; p. 65-79, julho-diciembre 2010.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2015.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A. A produção para autoconsumo no Brasil: uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006. In: SCHNEIDER, S.; FERREIRA, B.; ALVES, F. **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006**. Brasília: IPEA, 2014, p.165-186.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2006. Agricultura Familiar. Primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Brasília/Rio de Janeiro: MDA/MPOG, 2009.
- IBGE/SIDRA. **Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar - MDA/PRONAF (Lei nº 11.326 de 24/07/2006)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/defaultMDA.asp?z=p&o=2&i=P>>. Acesso em: 10 jan. 2017.
- IDH. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. Índice de Desenvolvimento Humano. Brasília: IBGE, 2010.
- IPARDES. **Famílias pobres no estado do Paraná**. Curitiba: IPARDES. 2003.
- NIEDERLE, P. A.; FIALHO, M. A. V.; CONTERATO, M. A. A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil: aprendizagens, esquecimentos e novidades. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba/SP, Vol. 52, Supl. 1, p. 9-24, 2014.
- PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba/SP, Vol. 52, Supl. 1, p. 63-84, 2014.
- PLEIN, C. **Os mercados da pobreza ou a pobreza dos mercados?** As instituições no processo de mercantilização da agricultura familiar na Microrregião de Pitanga, Paraná. 2012, 266f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural). Porto Alegre: UFRGS. 2012.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SEN, A. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- VIGOLO, A. L.; SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. Perfil da agricultura orgânica no Brasil: um olhar a partir dos dados do Censo Agropecuário 2006. **Extensão Rural**. DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria, v.24, n.1, pp. 42-61, jan./mar. 2017.

WANDERLEY, M. N. B. “Franja periférica”, “pobres do campo”, “camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: SEAF, 2017. p. 64-81.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

ZUANAZZI, P. T.; BANDEIRA, M. D. Projeções populacionais do estado do Rio Grande do Sul para o período 2015-2050. **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 7-20, 2013.